

Fiúza pode mudar propostas que evidenciam interesses eleitorais

Relator está preocupado com excesso de emendas ao projeto

ALDO RENATO SOARES

José Paulo Lacerda/AE—26/3/91

BRASÍLIA — O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que acumula o cargo com a liderança do PFL na Câmara, deverá alterar alguns relatórios do orçamento da União para 1992. Fiúza está preocupado com a atuação de alguns relatores parciais que exageraram no direito de aprovar emendas que beneficiam seus redutos eleitorais. O relator-geral está sendo pressionado a reduzir as verbas para a construção do metrô de Brasília, que tem garantidos Cr\$ 15 bilhões (a preços de abril).

O relatório do deputado José Geraldo Ribeiro (PL-MG), aprovado na noite de quarta-feira depois de muita discussão, continua provocando polêmica. O parlamentar mineiro destinou Cr\$ 3,6 bilhões para um programa desenvolvido pelo Ministério da Ação Social e denominado Coordenação de Ação Social. "Isso é uma verdadeira caixa preta, porque ninguém sabe para que serve", observa o deputado Benito Gama (PFL-BA).

Interesses eleitorais — Embora estivesse ausente da maioria das votações na comissão, Fiúza foi informado de tudo que aconteceu durante as negociações políticas. O relatório de José Geraldo é o mais visado pelo caráter assistencialista das obras do Ministé-



Jogo de interesses

Fiúza está sendo pressionado a reduzir as verbas reservadas para a construção do metrô de Brasília

rio da Ação Social e de sua vinculação com os interesses eleitorais. Foi sob acusação de uso de seu poder na Comissão para intermediar a liberação de verbas para seus redutos eleitorais no interior da Bahia que o deputado João Alves (PFL-BA) acabou sendo obrigado a passar o cargo de relator-geral para Fiúza.

Segundo o regimento interno da Comissão Mista de Orçamento, o relator-geral pode aceitar ou não as emendas aprovadas nos relatórios parciais. Parlamentares ligados a Fiúza acreditam que ele

aproveitará o poder que tem para "colocar um pouco de ordem" nos trabalhos. Com exceção de um pequeno grupo que assumiu o poder dentro da comissão, a maioria de seus 120 membros se queixa da falta de critérios para a aprovação de emendas e do favorecimento de algumas regiões em detrimento de outras.

Fiúza deve apresentar o relatório geral do Orçamento até o dia 12 para aprovação na comissão. O parecer deve ser votado até o dia 15 no plenário do Congresso, véspera do início do recesso parlamentar.